

Bolsas Na sexta-feira 	Bovespa Índice Bovespa nos últimos dias (em pontos) 	Global 30 Título da dívida externa brasileira na sexta-feira US\$ 5,270 (▲ 0,009%)	Dólar Na sexta-feira R\$ 2,457 (▼ 2,26%)	Euro Comercial, venda na sexta-feira R\$ 3,121	Capital de giro Na sexta-feira 15,14%	CDB Prefixado 30 dias (ao ano) 10,88%	Inflação IPCA do IBGE (em %) Maio/2014 0,46 Junho/2014 0,40 Julho/2014 0,01 Agosto/2014 0,25 Setembro/2014 0,57
-------------------------------------	---	---	---	--	---	---	--

RATEIO DO PODER / Além de financiadores de projetos de infraestrutura, fundações de previdência têm participação estratégica em grandes empresas. Só nas oito maiores entidades mantidas por estatais, 70 vagas de diretores serão trocadas nos próximos dois anos

Donos de R\$ 702 bi, fundos são cobiçados

» ANTONIO TEMÓTEO

Donos de uma montanha de dinheiro no valor de R\$ 702,3 bilhões, os fundos de pensão terão papel estratégico no próximo governo. Não apenas porque serão os principais financiadores dos projetos de infraestrutura do país e acomodarão aliados políticos que darão suporte ao futuro administrador do Brasil, mas também porque possuem um enorme poder de influência em empresas estratégicas para a economia do país. Os cargos de direção das fundações são tão relevantes que, em alguns casos, dão mais projeção do que o posto de ministro. Na oito maiores entidades fechadas de previdência complementar de estatais têm quase metade desse patrimônio — R\$ 346 bilhões. Nelas, existem 70 vagas de diretores e conselheiros, que são indicados pelas patrocinadoras com o aval do Palácio do Planalto. Todos poderão ser substituídos nos próximos dois anos.

Além de interferir diretamente na gestão dos fundos, o governo dá palpites na escolha dos representantes nas fundações das companhias em que elas têm participações acionárias. Apenas as três maiores entidades de previdência complementar de estatais — Previ, dos funcionários do Banco do Brasil (BB); Funcef, da Caixa Econômica Federal; e Petros, da Petrobras — detêm ao menos 321 assentos em conselhos fiscais e de administração de empresas privadas de vulto, como Vale, Embraer, Ambev, Brasil Foods e Oi.

Influência

À frente do maior fundo de pensão da América Latina, com R\$ 173 bilhões em ativos, o presidente da Previ, Dan Conrado, acumula também o comando do conselho de administração da Vale, uma das maiores mineradoras do mundo. Conrado, dois diretores e cinco conselheiros, todos indicados pelo Banco do Brasil, ainda têm influência na gestão de pelo menos 65 empresas das quais a Previ é acionista. Ao lado de três diretores e cinco conselheiros eleitos pelos participantes do fundo, eles têm direito de indicar os ocupantes de 222 assentos nos conselhos fiscais e de administração dessas companhias.

A Previ afirma que 93% dos conselheiros selecionados para essas empresas são ou foram funcionários de carreira do Banco do Brasil. Além do salário de mais de R\$ 50 mil, Conrado, por exemplo, pode receber até R\$ 13.151,76 como conselheiro — limite estabelecido pelos estatutos da fundação para um dirigente ou funcionário que a represente em alguma das

empresas de que seja acionista.

Na Petros, segundo maior fundo do país, com R\$ 79 bilhões em ativos, o nível de interferência governamental é ainda maior. Embora eleitos pelo conselho deliberativo, que tem metade de seus integrantes escolhida pelos empregados, todos os diretores precisam ser indicados pelo governo. A fundação indica representantes para os conselhos fiscais e de administração, interferindo diretamente na gestão de pelo menos 18 empresas das quais é acionista — uma lista que abrange setores tão diversos como alimentos, infraestrutura, logística e telecomunicações.

Loteamento político

Na Funcef, terceiro maior do país com R\$ 56 bilhões de patrimônio, metade da diretoria e dos conselheiros é eleita pelos participantes. O restante é indicado pela Caixa, sempre com anuência do Palácio do Planalto. Os salários dos diretores da fundação têm como parâmetro a remuneração do vice-presidente do banco público e não podem ultrapassar o teto constitucional de R\$ 29,4 mil. O fundo de pensão mantém investimentos em 176 empresas listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa). Além de possuir diretamente assentos nos conselhos de administração de três delas, a fundação faz indicações para 48 cargos de conselheiros por ser cotista de fundos de investimento em participação que são acionistas das companhias.

No Real Grandeza e no Fapes, fundos de pensão de Furnas e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), respectivamente, todos os dirigentes são indicados pelas patrocinadoras, com aval do governo. Os participantes só têm direito a eleger metade dos membros dos conselhos. O Real Grandeza investe em 26 companhias e, em três delas, possui assento em conselhos. O Fapes tem participação em 97 empresas, em 95 delas por meio de fundos de investimento, com assento no conselho de duas. Ceres, da Embrapa, e Economus, dos empregados da antiga Nossa Caixa, comprada pelo BB, não se pronunciaram até o fechamento desta edição.

Em muitos casos, o loteamento político dos cargos de gestão dos fundos de pensão traz prejuízos ao patrimônio dos participantes. Na Postalís, entidade de previdência complementar dos trabalhadores dos Correios, desde 2003, as vagas de diretores são loteadas entre o PT e o PMDB. A falta de critérios técnicos para essas escolhas levou a fundação a acumular perdas de mais de R\$ 1 bilhão.

Cargos em jogo

Veja quantos postos de direção e assentos em conselhos de administração de empresas os principais fundos de pensão de estatais possuem



Previ Ativos: R\$ 173,8 bilhões Diretores: 3 indicados pelo Banco do Brasil e 3 eleitos pelos participantes do fundo Conselheiros: 5 indicados pelo Banco do Brasil e 5 eleitos pelos associados Investimentos: 65 empresas Assentos em conselhos de empresas: 222 representantes
Petros Ativos: R\$ 79,1 bilhões Diretores: 4 eleitos pelo Conselho Deliberativo Conselheiros: 5 indicados pela Petrobras e 5 eleitos pelos associados Investimentos: 18 empresas Assentos em conselhos de empresas: 51 representantes
Funcef Ativos: R\$ 56,7 bilhões Diretores: 3 indicados pela Caixa e três eleitos pelos participantes do fundo Conselheiros: 5 indicados pela Caixa e 5 eleitos pelos associados Investimentos: 176 empresas Assentos em conselhos de empresas: 48 representantes
Real Grandeza Ativos: R\$ 11,9 bilhões Diretores: 5 eleitos pelo Conselho Deliberativo Conselheiros: 5 indicados pela Caixa e 5 eleitos pelos participantes do fundo Investimentos: 26 empresas Assentos em conselhos de empresas: 3 representantes
Fapes Ativos: R\$ 9,5 bilhões Diretores: 5 indicados pelo BNDES Conselheiros: 5 indicados pelo BNDES e 5 eleitos pelos participantes do fundo Investimentos: 97 empresas Assentos em conselhos de empresas: 2 representantes
Postalís Ativos: R\$ 8,2 bilhões Diretores: 4 indicados pelos Correios Conselheiros: 5 indicados pelos Correios e 5 eleitos pelos participantes do fundo Investimentos em empresas: não informou Assentos em conselhos de empresas: não informou
Ceres Ativos: R\$ 2 bilhões Diretores: 3 indicados pela Embrapa Conselheiros: 4 indicados pela Embrapa e 6 eleitos pelos participantes do fundo Investimentos em empresas: não informou Assentos em conselhos de empresas: não informou
Economus Ativos: R\$ 5,6 bilhões Diretores: 4 indicados pelo Banco do Brasil Conselheiros: 5 indicados pelo Banco do Brasil e 5 eleitos pelos participantes do fundo Investimentos em empresas: não informou Assentos em conselhos de empresas: não informou

Fonte: Previc, fundos de pensão, mercado



As entidades de previdência complementar precisam ser blindadas com um marco regulatório claro. E os dirigentes devem ser técnicos"

Sérgio Lazzarini,
professor de estratégia do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper)

Falta transparência

Alterar as normas para indicação de gestores e aperfeiçoar os mecanismos de participação dos associados são mudanças necessárias para tornar os fundos de pensão mais transparentes. Para o especialista em previdência da Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Marcelo Caetano, as Leis Complementares 108 e 109 trouxeram inovações para o sistema de previdência complementar e definiram instrumentos de governança. Entretanto, ele avalia que, além de eleger membros para os conselhos deliberativos e de administração, os participantes das fundações devem atuar como fiscalizadores das ações dos dirigentes. "Tem que haver consciência na hora de eleger os integrantes dos colegiados, mas o monitoramento não pode ser exclusivo da Previc. Quem contribui para o fundo de pensão precisa ser ativo", diz.

Na opinião da presidente da Associação Nacional de Participantes de Fundo de Pensão (Anapar), Cláudia Muinhos Ricaldoni, todas as escolhas deveriam ser técnicas, e os mandatos, respeitados, independentemente do partido político no poder. Para ela, a gestão deveria ser compartilhada entre patrocinadores e participantes e isso deveria estar expresso em lei. "Não há regulamentação, a não ser a paridade em conselhos. Isso daria mais transparência ao setor."

O professor de estratégia do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper) Sérgio Lazzarini explica que a interferência política nos

fundos ocorreu em todos os governos desde a volta da democracia porque não há norma que a impeça. Ele ressalta que as escolhas sem critérios técnicos prejudicam os resultados das fundações. "As entidades de previdência complementar precisam ser blindadas com um marco regulatório claro. E os dirigentes devem ser técnicos", comenta.

Capacidade

Na avaliação do pesquisador e autor de livros sobre a previdência complementar fechada Manoel Moacir Costa Macêdo, a gestão dos fundos precisa de interferência política e partidária. Ele avalia que tanto dirigentes eleitos quanto indicados devem ter capacidade técnica. "Os fundamentos da governança, a exemplo da gestão de risco, exigem profissionais certificados e competentes para gerir a poupança privada de milhões de trabalhadores que depositaram por décadas as suas esperanças numa aposentadoria digna e segura", diz.

A Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp) destaca que o setor é um centro de formação de poupança de longo prazo que faz falta ao Brasil para alcançar o desenvolvimento sustentável. A entidade avalia que as Leis Complementares 108 e 109 tratam adequadamente da escolha de dirigentes, pois são asseguradas as presenças de indicados por patrocinadores e de eleitos por empregados. (AT)

Curso: Fundos de Investimentos Estruturados

12 E 13 DE NOVEMBRO DE 2014

INSCRIÇÕES
Data limite: 05/11/2014 ou até o preenchimento de todas as vagas, pelo site: www.cnf.org.br/cursos

HORÁRIO
9h às 18h

CARGA HORÁRIA
16 horas

OBJETIVO
Sensibilizar profissionais de empresas financeiras e não financeiras, em relação às funcionalidades da securitização de recebíveis, em particular FIP e FIDC.

SERÃO CONFERIDOS CERTIFICADOS CNP / ANBIMA